



Estado de Pernambuco

## LEI Nº 016/96

**EMENTA:** Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SURUBIM: \*  
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DO SURUBIM APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

### CAPÍTULO - I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas para a sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I - Políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

II - Serviços especiais, nos termos desta Lei.

  
MURILO BARBOSA  
PREFEITO





Estado de Pernambuco

PARÁGRAFO ÚNICO - O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Art. 3º - São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Conselho Tutelar.

Art. 4º - O Município poderá criar os programas e serviços a que aludem os incisos II e III do Artigo 2º ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

- a) Orientação e apoio sócio-familiar;
- b) Apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) Colocação familiar;
- d) Abrigo;
- e) Liberdade assistida;
- f) Semiliberdade;
- g) Internação.

§ 2º - Os serviços especiais visam à:

- a) Prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

  
MURILO BARBOSA  
PREFEITO





Estado de Pernambuco

- b) Identificação e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
- c) Proteção jurídico-social.

## CAPÍTULO - II

### DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 5º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado ao Gabinete do Prefeito, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do Artigo 88, Inciso II, da Lei Federal nº 8069/90.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho administrará um Fundo de recursos destinado ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, assim constituído:

I - Pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município para assistência social voltada à criança e ao adolescente;

II - Pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - Pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei 8069/90;

V - Por outros recursos que lhe forem destinados;

VI - Pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais.



MURILLO BARBOSA  
PREFEITO



Estado de Pernambuco

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de membros, sendo:

- I - Um representante da Secretaria de Educação;
- II - Um representante da Secretaria de Saúde;
- III - Um representante da Secretaria de Ação Social;
- IV - Um representante da Secretaria de Finanças;
- V - Quatro representantes de entidades não governamentais de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- VI - Representantes da Rede de Ensino Público (1º e 2º Graus);
- VII - Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por indicação da subseccional do Município;
- VIII - Um representante do(s) hospital(is) do Município;
- IX - Um representante das escolas particulares;
- X - Um representante de cada Clube de Serviço existente no Município;
- XI - Um representante de cada sindicato de classe existente no Município;
- XII - Um representante de cada associação de bairro do Município;
- XIII - Um representante de cada, digo, do Poder Legislativo municipal, vereador indicado pela Presidência da Câmara;



MURILO BARBOSA  
PREFEITO



Estado de Pernambuco

XIV - Um funcionário do Poder Judiciário do Município, indicado pelo MM. Juiz da Vara da Infância e da Juventude;

XV - Uma pessoa indicada pelo representante do Público que atue junto ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude;

XVI - Um representante das instituições financeiras estabelecidas no Município, escolhido pelo voto da maioria dos seus representantes.

§ 1º - Os conselheiros representantes das Secretarias serão indicados pelo Prefeito, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito da respectiva secretaria, no prazo de 10 (dez) dias contados da solicitação, para nomeação e posse pelo Conselho.

§ 2º - Os representantes de organizações da sociedade civil serão eleitos pelo voto das entidades de defesa e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, com sede no município, reunidas em assembléia convocada pelo Prefeito, mediante convocação na imprensa local, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, para nomeação e posse pelo Prefeito.

§ 3º - A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 4º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a renovação apenas uma vez e por igual período.

§ 5º - A função de membro de conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.



MURILLO BARBOSA  
PREFEITO



Estado de Pernambuco

§ 6º - A nomeação e posse do Primeiro Conselho será executada pelo Prefeito Municipal, obedecida a origem das indicações.

§ 7º - Os membros do Conselho das demais entidades serão escolhidos e indicados pelas assembleias de suas diretorias, no prazo de 10 (dez) dias da solicitação do Prefeito Municipal.

Art. 7º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução;

II - Opinar na formulação das políticas sociais básicas de interesse da criança e do adolescente;

III - Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços a que se referem os incisos II e III do Artigo 3º deste Projeto de Lei, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal personalizado de atendimento;

IV - Elaborar seu regimento interno;

V - Solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de conselheiro, nos casos de vacância e término do mandato;

VI - Nomear e dar posse aos membros do Conselho;

VII - Gerir o fundo municipal, alocando recursos para os programas das entidades governamentais e repassando verbas para as entidades não-governamentais;



MURILLO BARBOSA  
PREFEITO



Estado de Pernambuco

VIII - Propor modificações nas estruturas das secretarias e órgãos da administração ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

IX - Opinar sobre o orçamento municipal destinado à assistência social, saúde e educação, bem como ao funcionamento dos conselhos tutelares, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;

X - Opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude;

XI - Proceder a inscrição de programas de proteção e sócio-educativos de entidades governamentais e não governamentais na forma dos Artigos 90 e 91 da Lei 8069/90;

XII - Fixar critérios de utilização, através de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar;

XIII - Fixar a remuneração dos membros do Conselho Tutelar, observados os critérios estabelecidos no Artigo 34 deste Projeto de Lei.

Art. 8º - O Conselho Municipal manterá uma secretaria geral, destinada ao suporte administrativo-financeiro necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

### CAPÍTULO - III DO CONSELHO TUTELAR



MURILLO BARBOSA  
PREFEITO



Estado de Pernambuco

## SEÇÃO - I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º - Fica criado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 05 (cinco) membros, para mandato de 03<sup>ra</sup> (três) anos, permitida uma reeleição.

Art. 10 - Os conselheiros serão eleitos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município, em eleição presidida pelo Juiz eleitoral e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

PARÁGRAFO ÚNICO - Podem votar os maiores de 16 (dezesesseis) anos, inscritos como eleitores no Município até 03 (três) meses antes da eleição.

Art. 11 - A eleição será organizada mediante resolução do Juiz eleitoral, na forma deste Projeto de Lei e Lei nº 8069/90.

## SEÇÃO - II

### DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DOS CANDIDATOS

Art. 12 - A candidatura é individual, vedada a vinculação do candidato a partido político.



MURILO BERSUSA  
PREFEITO





Estado de Pernambuco

Art. 13 - Somente poderão concorrer à eleição os candidatos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - Residir no município há mais de 02 (dois) anos;
- IV - Estar no gozo dos direitos políticos;
- V - Não ter respondido a processos criminais;
- VI - Ser eleitor do município.

Art. 14 - A candidatura deve ser registrada no prazo de 01 (um) mês antes da eleição, mediante apresentação de requerimento endereçado ao Juiz eleitoral, acompanhado de prova do preenchimento dos requisitos estabelecidos no artigo anterior.

Art. 15 - O pedido de registro será autuado pelo cartório eleitoral, abrindo-se vista ao representante do Ministério Público para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo o Juiz em igual prazo.

Art. 16 - Terminado o prazo para registro das candidaturas, o Juiz deverá publicar edital na imprensa local e no quadro do cartório eleitoral, indicando os nomes dos candidatos registrados e fixando prazo de 15 (quinze) dias contado da publicação, para o recebimento de impugnação por qualquer eleitor.

PARÁGRAFO ÚNICO - Oferecida impugnação, os autos serão encaminhados ao Ministério Público para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo o Juiz em igual prazo.



MURILLO BARBOSA  
PREFEITO



Estado de Pernambuco

Art. 17 - Das decisões relativas às impugnações caberá recurso ao próprio Juiz, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da intimação.

Art. 18 - Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Juiz mandará publicar edital com os nomes dos candidatos habilitados ao pleito.

SEÇÃO - III  
DA REALIZAÇÃO DO PLEITO

Art. 19 - A eleição será convocada pelo Juiz eleitoral, mediante edital publicado na imprensa local, 06 (seis) meses antes do término dos mandatos dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 20 - É vedada a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas.

Art. 21 - É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção dos locais autorizados pela Prefeitura, para utilização por todos os candidos em igualdade de condições.

Art. 22 - As cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, mediante modelo previamente aprovado pelo Juiz.



MURILLO BARBOSA  
PREFEITO



Estado de Pernambuco

Art. 23 - Aplica-se, no que couber, o disposto na legislação eleitoral em vigor, quanto ao exercício do sufrágio e à apuração de votos.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Juiz poderá determinar o agrupamento de seções eleitorais, para efeito de votação, atento facultatividade de voto e às peculiaridades locais.

Art. 24 - À medida que os votos forem sendo apurados, poderão os candidatos apresentar impugnações que serão decididas de plano pelo Juiz, depois de ouvido o Ministério Público, em caráter definitivo.

#### SEÇÃO - IV

#### DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 25 - Concluída a apuração dos votos, o Juiz proclamará o resultado da eleição, mandando publicar os nomes dos candidatos e o número de sufrágios recebidos.

§ 1º - Os 05 (cinco) primeiros mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação, como suplentes.

§ 2º - Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato mais idoso.

§ 3º - Os eleitos serão nomeados pelo Juiz eleitoral, tomando posse no cargo de conselheiro no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

§ 4º - Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

  
PREFEITURA  
MUNICIPAL  
**SURUBIM**  
CAMINHO DE FUTURO

  
MURILO BARBOSA  
PREFEITO



Estado de Pernambuco

SEÇÃO - V  
DOS IMPEDIMENTOS

Art. 26 - São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteados.

PARÁGRAFO ÚNICO - Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, foro regional ou distrital.

SEÇÃO - VI  
DAS ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 27 - Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes dos Artigos 95 e 136 da Lei Federal nº 8069/90.

Art. 28 - O presidente do Conselho Tutelar será escolhido entre seus pares, na primeira sessão, cabendo-lhe a presidência das sessões.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na falta ou impedimento do presidente assumirá a presidência, sucessivamente, o conselheiro mais antigo ou o mais idoso.



MURILO BARBOSA  
PREFEITO



Estado de Pernambuco

Art. 29 - As sessões serão instaladas com o mínimo de 03 (três) conselheiros.

Art. 30 - O Conselho atenderá informalmente as partes, mantendo registro das providências adotadas em cada caso e fazendo consignar em ata apenas o essencial.

PARÁGRAFO ÚNICO - As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao presidente o voto de desempate.

Art. 31 - As sessões serão realizadas de segunda a sexta-feira, no horário das 07 (sete) às 13 (treze) horas.

PARÁGRAFO ÚNICO - No fins de semana e feriados será realizado plantão no horário das 08 (oito) às 13 (treze) horas.

Art. 32 - O Conselho manterá uma secretaria geral, destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

#### SEÇÃO - VII DA COMPETÊNCIA

Art. 33 - A competência será determinada:

I - Pelo domicílio dos pais ou responsáveis;



MURILLO BARBOSA  
PREFEITO



Estado de Pernambuco

II - Pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, à falta dos pais ou responsáveis.

§ 1º - Nos casos de ato infracional praticado por criança, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção legais.

§ 2º - A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsáveis, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

#### SEÇÃO - VIII

#### DA REMUNERAÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

Art. 34 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá fixar remuneração ou gratificação aos membros do Conselho Tutelar, tendo por base o tempo dedicado à função e as peculiaridades local.

§ 1º - A remuneração eventualmente fixada não gera relação de emprego com a municipalidade, não podendo, em nenhuma hipótese e sob qualquer título ou pretexto, exceder ao valor do salário mínimo.

§ 2º - Sendo o eleito funcionário público municipal, fica-lhe facultado, em caso de remuneração, optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

  
MURILO BARBOSA  
PREFEITO





Estado de Pernambuco

Art. 35 - Os recursos necessários à eventual remuneração dos membros do Conselho Tutelar, terão origem no fundo administrado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 36 - Perderá o mandato o conselheiro que se ausentar injustificadamente a 03 (três) sessões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas no mesmo mandato ou for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A perda do mandato será decretada pelo Juiz eleitoral, mediante provocação do Ministério Público, do próprio conselho ou de qualquer eleitor, assegurada ampla defesa.

#### CAPÍTULO - IV

#### DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### SEÇÃO - I

#### DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO

Art. 37 - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como captador e aplicador dos recursos a ele transferidos pelo Município, segundo as deliberações do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente ao qual é vinculado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para manutenção dos programas coordenados pelo Conselho dos Direitos, o Fundo Municipal terá como fontes:



MURILLO BARBOSA  
PREFEITO



Estado de Pernambuco

- a) Transferência do Governo Federal;
- b) Transferência do Governo Estadual;
- c) Transferência do Governo Municipal;
- d) Contribuições dedutíveis do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, desde que sejam autorizadas pelo Governo Federal;
- e) Doações e frutos de campanhas filantrópicas.

## SEÇÃO - II

### DA COMPETÊNCIA DO FUNDO

Art. 38 - Compete ao Fundo Municipal:

I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferido em benefícios da criança e do adolescente, pelo Estado e pela União;

II - Registrar recursos captados pelo Município, através de convênios ou por doações ao Fundo Municipal;

III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito do Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos.

IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefícios da criança e do adolescente, nos termos das Resoluções do Conselho dos Direitos;

V - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente segundo as Resoluções do Conselho dos Direitos.

  
MURILO BARBOSA  
PREFEITO







Estado de Pernambuco

Art. 39 - O fundo será regulamentado por Resolução expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

PARÁGRAFO ÚNICO - A escrituração contábil e a ordenação das despesas, bem como a percepção dos recursos destinados e dirigidos ao Fundo Municipal, serão movimentados pela forma usualmente adotada pelo Executivo Municipal.

#### CAPÍTULO - V

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40 - No prazo de 03 (três) meses, contados da publicação desta Lei, realizar-se-á a primeira eleição para o Conselho Tutelar, observando-se quanto à convocação o disposto no Artigo 19 deste Projeto de Lei.

Art. 41 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 15 (quinze) dias da nomeação de seus membros, elaborará o seu regimento interno, elegendo o primeiro presidente e, decidirá quanto à eventual remuneração ou gratificação dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 42 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar para as despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).



MUBILO BARBOSA  
PREFEITO



Estado de Pernambuco

Cont. Lei nº 016/96

18.

Art. 43 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município do Suru  
bim, em 03 de maio de 1996.

*6, 11*  
MURILO JORGE FARIAS BARBOSA  
- Prefeito -

